

ADVOCF

ANO VIII - Nº 15 - NOV | 12

REVISTA DE DIREITO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS
DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

APRESENTAÇÃO	9
---------------------------	----------

PARTE 1 – ARTIGOS

Efetividade, tempo e isonomia dos direitos no contexto processual constitucional

<i>Gryecos Attom Valente Loureiro e Camille Ferreira Missick Guimarães</i>	<i>13</i>
--	-----------

O princípio da justiça formal na justificação das decisões jurídicas: considerações acerca da formação e aplicação dos precedentes jurisprudenciais sob a forma de direito sumular

<i>Pedro Jorge Santana Pereira</i>	<i>33</i>
--	-----------

O novo marco legal nacional da regularização fundiária: possibilidades e limitações da atuação do Poder Público

<i>Pedro Araújo e Solange Gonçalves Dias</i>	<i>55</i>
--	-----------

O perecimento dos saldos (e correspondentes direitos) dos depósitos populares efetuados no século passado

<i>Marcos Vinícius de Andrade Ayres</i>	<i>81</i>
---	-----------

A penhora de bem imóvel alienado fiduciariamente

<i>Daniel Barbosa Lima Faria Corrêa de Souza</i>	<i>101</i>
--	------------

O princípio da igualdade e as limitações ao ingresso no Simples Nacional

<i>Débora Couto Cançado Santos</i>	<i>119</i>
--	------------

Análise da viabilidade de cláusula coletiva autônoma no que tange ao estabelecimento de culpa recíproca e indenização de 20% como hipótese de saque do FGTS

<i>Marcos Ulhoa Dani</i>	<i>147</i>
--------------------------------	------------

Embargos de declaração no processo do trabalho. Objeto. Efeito Modificativo. Necessidade do contraditório

<i>João Pedro Silvestrin</i>	<i>161</i>
------------------------------------	------------

PARTE 2 – JURISPRUDÊNCIA**Superior Tribunal de Justiça**

Recurso Especial repetitivo. Ações revisional e de busca e apreensão convertida em depósito. Contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária. Capitalização de juros. Juros compostos. Decreto 22.626/1933 Medida Provisória 2.170-36/2001. Comissão de permanência. Mora. Caracterização 185

Superior Tribunal de Justiça

Contrato de conta-corrente. Cabimento da ação de prestação de contas (súmula 259). Interesse de agir. Revisão de cláusulas contratuais. Comissão de permanência, juros, multa, tarifas. Impossibilidade 215

Superior Tribunal de Justiça

Sistema Financeiro da Habitação. Pedido de cobertura securitária. Vícios na construção. Agente financeiro. Ilegitimidade 229

Superior Tribunal de Justiça

Antecipação de tutela concedida. Sentença de improcedência. Responsabilidade objetiva pelos danos causados pela execução da tutela antecipada. Arts. 273, § 3º, Art. 475-O, Incisos I e II, e Art. 811, parágrafo único, do CPC. Indagação acerca da má-fé do autor ou da complexidade da causa. Irrelevância. Responsabilidade que independe de pedido, ação autônoma ou reconvenção 245

Superior Tribunal de Justiça

Reclamação. Apresentação de extratos pela instituição financeira. Multa diária. Juizado especial. Descabimento 267

Tribunal Superior do Trabalho

Recurso de revista. Desvirtuamento do contrato de estágio. Sociedade de economia mista. Impossibilidade de reconhecimento de vínculo de emprego. Efeitos. Súmula Nº 363 do TST 271

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Ação de exibição de documentos incidental em ação de conhecimento sobre conta vinculada ao FGTS. Responsabilidade pela apresentação de extratos. CEF. Banco depositário 277

PARTE 3 – NORMAS EDITORIAIS DE PUBLICAÇÃO 285